

“Não estão preocupados com as paredes... estão preocupados com a dor!”: a revolta por Marielle e Anderson

Gabriela da Fonseca¹

Resumo: No dia 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados no Rio de Janeiro. Nos dias seguintes, manifestações de indignação evidenciavam o atravessamento de Marielle na sociedade como mulher, negra, favelada, bissexual e representante política de uma minoria na democracia em construção. As manifestações ocorriam em protestos, postagens em redes sociais, conversas em grupos de mensagens e intervenções artísticas que mobilizaram opiniões diversas sobre o ocorrido e sobre as próprias manifestações. Esse artigo levanta as opiniões que envolvem vandalismo e patrimônio nas manifestações, buscando as interpretações e decodificações acerca de danos e intervenções no patrimônio histórico e cultural. Se propõe um esforço de integração entre patrimônio e seus públicos, proposta no campo da educação museal, considerando a cultura como um campo histórico de conflitos.

Palavras-chave: *Cultura. Patrimônio. Vandalismo. Protestos. Educação Museal.*

“They aren’t worried with the walls... they’re worried with the grief!”: uprising for Marielle e Anderson

Abstract: March 14th 2018, the city councilor Marielle Franco and her driver Anderson Gomes were murdered in Rio de Janeiro. The days that followed were of protest and indignation, showing the who Marielle was in society as a woman, black, from the favela, bisexual and delegate of minorities in a rising democracy. The expressions were in protests, social network publishing, artistic performances promoting debates about what happened and about the protesting. This article brings opinions about vandalism and cultural heritage, searching for interpretations of damages and art interventions on historical and cultural heritage. It aims to integrate cultural heritage and its audience, researching on the field of museum education, considering culture as a conflict ground..

Keywords: *Culture. Cultural Heritage. Vandalism. Protests. Museum Education.*

¹ Bacharela e Licenciada em História (UFRJ-2013), especialização em Educação Museal (ISERJ/Faetec/Ibram - 2016) e Mestra em Memória Social (UNIRIO-2019). Pesquisadora da relação entre patrimônio e seus públicos, com enfoque para o vandalismo e contestação. Atua como professora, educadora museal, produtora cultural e editora de material gráfico. Pesquisadora no GPEM - Grupo de Pesquisa em Educação Museal: Conceitos, História e Políticas do MHN-IBRAM - Praça Marechal Âncora s/nº Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-200. E-mail: gdafonseca88@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9599-149X>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0577323254313786>. Valença-RJ, Brasil.

Introdução

Na noite de 15 de março de 2018, a manifestação em luto pelas execuções políticas de Marielle Franco e Anderson Gomes deixou marcas nas paredes do palácio Pedro Ernesto com cartazes, velas, pixações, pinturas, stencils. No entanto, as palavras de protesto e a maneira que foram expostas foram interpretadas de diferentes formas. Esse artigo busca analisar essas interpretações e compreender qual relação com o patrimônio e preservação que estabelecem.

Marielle Franco foi eleita vereadora nas eleições de 2016, com 46.502 votos de eleitores na cidade do Rio de Janeiro. Cria da Favela da Maré, Marielle articulava redes de economia solidária e se posicionava fiscalizando a intervenção militar federal e em pautas de apoio a policiais militares (PMs) que denunciavam a corrupção na instituição e a milícia da Favela do Acari. Intrínsecos à sua existência como mulher, negra, favelada e bissexual, seus Projetos de Lei (PLs) seguem o princípio do Ubuntu, conceito filosófico da cultura bantu presente no lema de campanha “Eu sou porque nós somos”. Sua mandata no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) puxou os PLs “Pra fazer valer o Aborto Legal” (16/2017), “Espaço Coruja” (17/2017), “Casas de Parto” (265/2017), “Dossiê da Mulher Carioca” (555/2017), “Assédio não é passageiro” (417/2017), “Assistência Técnica Pública e Gratuita para habitações de interesse social” (642/2017), “Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” (515/2017), “Dia de Thereza de Benguela” (103/2017), “Luta Contra a LGBTfobia” (72/2017), “Dia da Visibilidade Lésbica” (82/2017), “Dia de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra” (288/2017).

Sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi marcada por conflitos. O seu pronunciamento do dia 8 de março de 2018, data escolhida internacionalmente para mobilizações por direitos das mulheres, demonstra esse conflito com e no seu momento de fala:

Inclusive, nesse momento onde a democracia se coloca frágil, onde se questiona se vai ter processo eleitoral ou não, aonde a gente vê todos os escândalos com relação ao parlamento, falar das mulheres que lutam pela outra forma de fazer política nesse processo democrático é fundamental. Inclusive, em momento onde a justificativa da crise [INTERRUPÇÃO: Marielle retribui ao colega “tudo bom, vereador?” recebe um “Parabéns” e responde “Obrigada”] aonde a justificativa da crise, da precarização, da dificuldade da vida das mulheres é apresentada, mas com muita dificuldade real: o tempo da escola, aonde é que estão as vagas da creche apresentadas pelo prefeito Marcelo Crivella que ia ser ampliada, aumentada?; aonde tão as educadoras e os educadores que não foram chamados ainda nos concursos?; como ficam as crianças que

nesse período de intervenção [INTERRUPÇÃO: Marielle diz “Não vem me interromper agora, né?” e recebendo uma flor rosa embrulhada em celofane, ouvindo o colega, comenta “mas.. homem fazendo homice, meu deus do céu, obrigada aí, tá! Muito obrigada, tá bem, obrigada”] Obrigada, os vereadores, como falei antes e falava na Fiocruz no dia de hoje, as rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe rosa mas a gente vai tá com o punho cerrado também falando o nosso lugar de vida e de resistência contra os mandos e desmandos que afetam as nossas vidas [APLAUSOS EM CORO COM O PUNHO CERRADO PARA O ALTO].

Até por quê não é uma questão do momento atual. E o vereador, na última semana quando eu falava dos processos de violência sofrido pelas mulheres no carnaval, me questionava da onde eu tirava os dados apresentados. As mulheres quando saem às ruas – na manifestação do oito de março, daqui a pouco na Candelária – o fazem porque entre 83 países o Brasil é o 7º mais violento. E aí, volto a repetir: dados da Organização Mundial de Saúde. Esse quadro segue piorando, aumentando 6,5 no último ano. Por dia, são 12 mulheres assassinadas no Brasil. O último dado que a gente tem no Estado do Rio de Janeiro figuram de 13 estupros por dia. [INTERRUPÇÃO: alguém grita “viva Ulstra”] Essa é a relação com a violência contra as mulheres.

A gente tem um senhor que tá defendendo a ditadura e falando alguma coisa contrária a isso... eu peço que a presidência da casa, no caso de maiores manifestações que venham atrapalhar minha fala assim proceda, como a gente faz, quando a tribuna interrompe qualquer vereador.

Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores dessa casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher ELEITA. [APLAUSOS E DESCULPAS da presidenta da câmara que solicita atenção dos seguranças, Marielle agradece]

Infelizmente esses casos, não será a última nem a primeira vez, mas, o embate, para quem vem da favela e minha fala quando tava falando da violência contra as mulheres nesses vinte minutos nós somos violadas e violentadas há muito tempo e em muitos momentos.

Nesse período, por exemplo, onde a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu queria saber como que ficam as mães e familiares das crianças revistadas, como que ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde, como que ficam as mulheres que não tem acesso à cidade.

Essas mulheres são muitas. São mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres trans, mulheres camponesas, mulheres que constroem essa cidade aonde diversos relatos, queiram os senhores ou não, apresentam a centralidade e a força dessas mulheres, mas apresentam também os números, como o The Intercept publicou no dossiê de lesbocídio que, no ano de 2017 houve uma lésbica assassinada por semana.

Lesbocídio é um conceito que as mulheres lésbicas estão cunhando assim como nós avançamos no debate com relação ao homicídio impetrado por mulheres que se constituiu o feminicídio. Dados que mostram a realidade absurda mas que, sim, vitima a nossa diversidade. As mulheres negras, por exemplo, quando passam pela rua ainda tem homem que tem a ousadia de falar do quadril largo, da bunda grande, do corpo como se a gente tivesse no período de escravidão. Não estamos, querido! Nós estamos no processo democrático. Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica ocupando a diversidade dos espaços. (Transcrição do 0min ao 05min35seg de FRANCO, 2018)

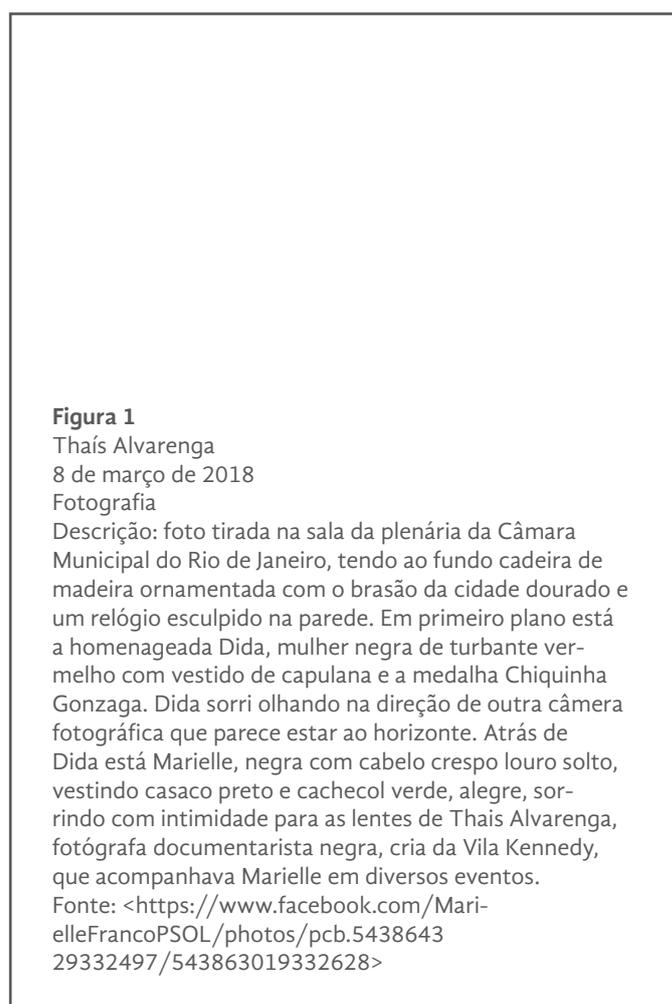
Marielle, no exercício de sua função como parlamentar, teve suas cobranças silenciadas por diversas vezes com parabenizações por ser mulher. Conseguindo impor o respeito e o decoro necessário ao comportamento dos vereadores, é então interrompida pela tribuna, por um defensor de Carlos Brilhante Ulstra, ex-coronel do Exército e chefe da seção de torturas e perseguições antidemocráticas durante o período da ditadura civil-militar brasileira, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). O discurso de Marielle é representativo dos direitos das mulheres, levantando os perigos e assassinatos que ocorrem em decorrência de gênero, raça, classe e orientação sexual. As pautas levantadas apontam problemas com encaminhamentos para o poder judiciário e executivo. Também contextualiza com a história de mulheres como Rosa Luxemburgo, Chimamanda Adichie, Audre Lorde, exalta as presenças das mulheres vereadoras e mulheres em apoio à sua trajetória política, e faz referência à Dida, empresária do Dida Bar na Praça da Bandeira que receberia de suas mãos a Medalha Chiquinha Gonzaga (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).



No dia 14 de março de 2018 sua trajetória é interrompida em assassinato premeditado após o evento “Jovens Negras Movendo Estruturas” que organizou na Casa das Pretas, na rua dos Inválidos na Lapa. Estava na rua do Estácio, sendo conduzida por seu motorista Anderson Gomes e acompanhada de sua assessora Fernanda Chaves. O carro foi alvejado por 13 disparos de munições identificadas como sendo oriundas da Polícia Federal. Anderson e Marielle morrem. Os dias que se seguiram foram de manifestações de dor e indignação: protestos, intervenções artísticas, declarações, notas de repúdio e pesar.

No Rio de Janeiro, o protesto do dia 15 de março tomou as escadarias da Câmara Municipal durante todo o dia. Pessoas se aproximaram para deixar cartazes durante o dia, houve a solenidade do velório e a manifestação noturna em que trabalhadores podiam se unir em conforto e indignação.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro fica no Centro da cidade, que é mais um centro histórico de poder que de fato territorial. O Centro está próximo



à pedra fundacional da cidade na fortaleza da Urca e próximo ao Cais do Valongo de recepção de africanos escravizados para produção de açúcar e café para o mercado europeu. É uma região de comércio e de concentração de edifícios do poder público desde os tempos da colonização. Se configurou assim em posição estratégica na baía de Guanabara para a defesa da colônia e da administração regional. Posteriormente, foi Centro do império ultramarino português, cujo mapa foi configurado em torno da exploração comercial do Atlântico e manutenção da máquina colonial.

O órgão legislativo existe desde 1566, sendo sediado na Urca e em outros endereços do Centro, como a atual rua Primeiro de Março e o Arco do Telles. Na primeira sede, fazia parte do conjunto arquitetônico do órgão o pelourinho, poste destinado a afixar as deliberações e informes além de instrumento de punição com castigos físicos os desafidores da lei real de Portugal (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2021).

O prédio que Câmara Municipal ocupa atualmente na praça Floriano, na Cinelândia, é de 1923. Faz parte do redesenho da cidade iniciado pelo prefeito Pereira Passos. O Centro, área de moradia, comércio e poder público, ganha novos traçados com a retirada do Morro do Castelo e a abertura de avenidas e ruas circulares. Com o argumento de que a área de moradia era insalubre por ser ocupada por trabalhadores em condições precárias que viviam em pensões e prédios de aluguel, a ocupação social também se modifica. Os moradores pobres são removidos para áreas distantes para que a paisagem do Centro do Rio de Janeiro se assemelhasse à Paris, capital símbolo da república e da vida burguesa.

Em estilo eclético, o palácio foi apelidado de “gaiola de ouro” pelo alto custo de sua construção para abrigar a sede da Câmara do Distrito Federal. Assim como outros prédios públicos construídos na época, o palácio é ornamentado com motivos cívicos republicanos de inspiração francesa positivista. No pensamento positivista, a república brasileira em suas décadas iniciais era a transição de uma colônia escravista para um regime democrático modernizante, com enfoque nas tecnologias e em um projeto de civilização branca com costumes europeus de moradia e comportamento. Na década de 1950, a Câmara recebe o nome de Pedro Ernesto, político ligado ao movimento tenentista que foi perseguido por defender a autonomia política e a constituição durante a ditadura civil-militar de Getúlio Vargas.

A praça Floriano é local de manifestações históricas como os eventos do movimento tenentista e a Passeata dos Cem Mil, em 1968, contra a ditadura

civil-militar instaurada em 1964. Não seria diferente com o que aconteceu com Marielle Franco e Anderson Gomes. Na noite de 15 de março de 2018, a manifestação em luto pelas execuções políticas deixou suas marcas nas paredes do palácio Pedro Ernesto. Cartazes, velas, pixações, pinturas, stencils. Nas escadas, performances com as Panteras Negras erguendo os punhos em referência ao movimento das décadas de 1960-70 por direitos negros do regime racista segregacionista dos EUA. Maria Soares, a Dona Santinha, de 93 anos que viralizou com uma foto sua segurando o jornal com a capa de Marielle.

As intervenções políticas no palácio Pedro Ernesto enfatizam esse patrimônio cultural por sua utilização como suporte evidenciando um conflito. Ou seja, mais que um edifício público, como plataforma à manifestação de diferentes significações; mais que um patrimônio histórico, em cujas paredes e funções continua como referência aos movimentos políticos; mais que um bem cultural com arquitetura de época, sendo acessado por sujeitos com



diferentes interpretações que expõe o conflito cultural estético e ideológico da sociedade.

Este artigo é um desdobramento da comunicação “Vândalos e baderneiras: tem espaço para o feminismo no museu?” da “48º Jornada Republicana: As mulheres em ação, 30 anos da Constituição” do Museu da República no dia 27/03/2018, em convite de Panmela Castro e Jandira Queiroz. Panmela, também conhecida como Anarkia e como proponente da Rede Nami e o projeto Afrografiteiras, nessa comunicação ressaltou a atuação relevante de Marielle como parlamentar em uma questão de violência de gênero que passou. Um ex-parceiro decidiu atingí-la grafitando em cima de grafites seus espalhados pela cidade. Uma questão que perpassa as regras do grafite e lugares de gênero. No entanto, de um ponto de vista conservador, seria interpretado como uma briga entre vândalos e não como um caso da Lei Maria da Penha. Marielle ajudou a destrinchar as leis que envolvem grafites

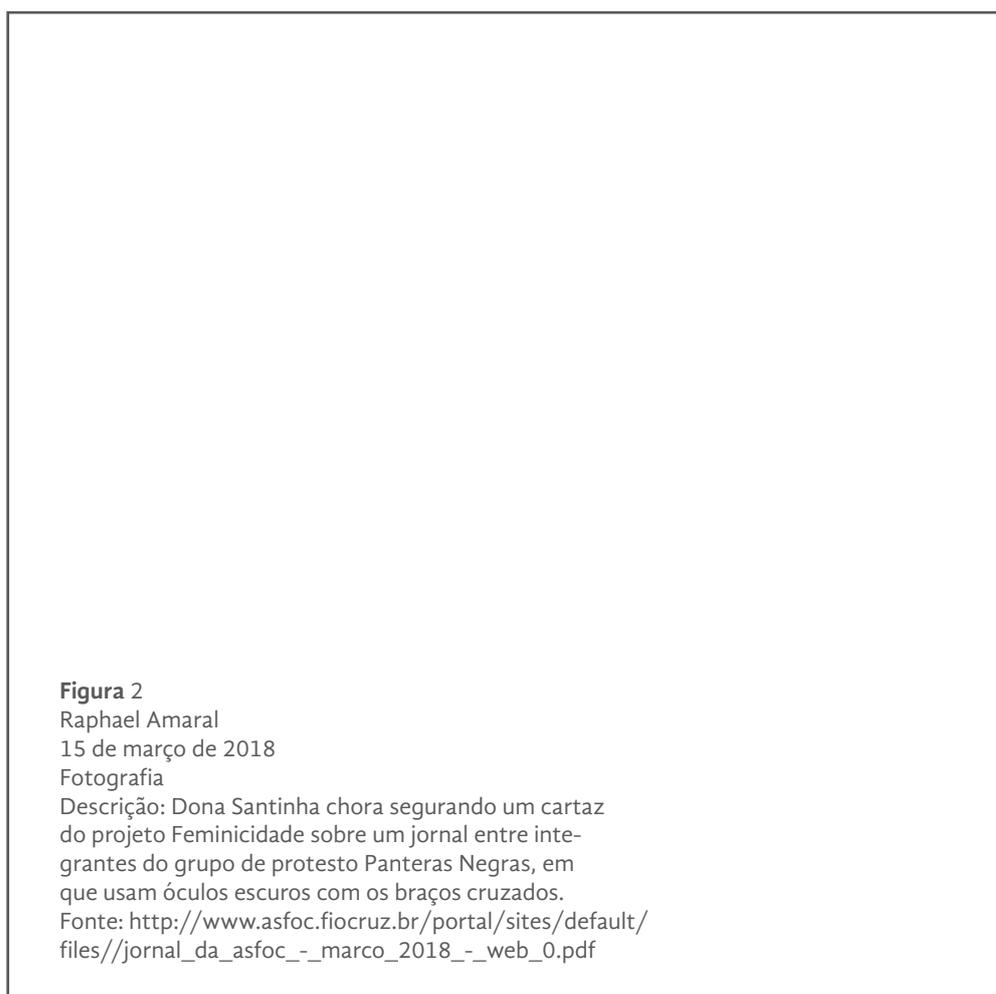


Figura 2

Raphael Amaral

15 de março de 2018

Fotografia

Descrição: Dona Santinha chora segurando um cartaz do projeto Feminicidade sobre um jornal entre integrantes do grupo de protesto Panteras Negras, em que usam óculos escuros com os braços cruzados.

Fonte: http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/sites/default/files//jornal_da_asfoc_-_marco_2018_-_web_0.pdf

em lugares públicos, permissões e as perseguições nas violências de gênero. Essa questão também se relaciona com esse artigo, que busca enfatizar a mensagem em detrimento do ato de vandalismo. Ele está sendo escrito no ano de 2021, durante a pandemia do COVID-19, e o caso de Marielle e Anderson ainda não foi concluído. Foram encontrados os executantes do crime, o mandante Adriano Nóbrega foi assassinado em queima de arquivo, e no mês de julho as Procuradoras do Ministério Público se retiraram do caso por interferências na investigação.

O objetivo desse artigo é abordar as concepções de patrimônio cultural em debate nas redes sociais, a partir de uma publicação de ampla circulação com recorte qualitativo dos comentários com interpretações das manifestações. Em especial, interessa integrar as manifestações como dimensão simbólica desse patrimônio material e compreender em quais concepções de patrimônio essas manifestações são criminalizadas e, por consequência, silenciadas e impassíveis de interpretação. Nesse sentido, os conflitos são abordados como constituintes desse patrimônio fazendo-se necessário o recurso do registro (enquanto ferramenta de patrimonialização e monitoramento), caracterizando o vandalismo como fonte histórica e objeto de estudo na área cultural e no campo da educação museal - que se debruça sobre a interação entre patrimônio e seus públicos.

Vandalismo como interação, vândalo como público

O campo da educação museal se desenvolve desde que museus e patrimônios são colocados em circulação e, então, discriminam seus públicos. Diferente do trabalho de guiamento e orientação turística, a educação museal trabalha para a democratização do acesso e adaptações necessárias que garantam a informação e a experiência museal. Dessa forma, é um campo formal, com ferramentas de avaliação e análise de público, seguindo objetivos pedagógicos e recortes temáticos. Esse artigo se insere no campo da educação museal por envolver quem interage com o patrimônio, como interage, para quem é destinado o conteúdo e o simbolismo no processo de monumentalização da cultura.

Em um esforço historiográfico de estabelecer um marco da relação entre museus e seus públicos no Brasil, a educadora e pesquisadora Luciana Sepúlveda Koptcke foi convidada a analisar o decreto de abertura do atual Museu Nacional-UFRJ (MN-UFRJ) em 1818 e a portaria de 24 de outubro de 1821 que abre as portas para visitaçõa:

Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselho Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Ofício de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repartição da Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente (KOPTCKE, 2005, p.192).

Nas entrelinhas, o decreto subentende três tipos de público: os civilizados, “pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades”; os bárbaros, que ameaçam o “sossego que seja conveniente” e são alvos da Guarda Real da Polícia; os escravizados, que não têm estatuto de cidadão ou dignidade no Brasil colonial e imperial.

A “alteza real” estaria na cidade do Rio de Janeiro desde 1808 transferindo a corte real com seus bens e costumes devido às invasões napoleônicas e aos esforços de expansão de ideários republicanos em uma Europa monarquista. Para expandir as ideias republicanas, o governo revolucionário francês colocava em curso um processo de eliminação de símbolos monarquistas e coletivização do patrimônio real: “em 4 de agosto de 1792, a Assembleia Legislativa promulga um decreto sobre a ‘eliminação dos monumentos, resíduos do feudalismo e, sobretudo dos monumentos de bronze de Paris’” (CHOAY, 2006, p.108-109).

Os símbolos materiais relacionados à religião e à realeza eram alvo de destruição de sans-culottes (trabalhadores que usavam calças sem o efeito bufante do culote), sendo “monumentos que simbolizavam os tempos da barbárie” (CHOAY, 2006, p.108). Note, que, na França revolucionária, a barbárie é relacionada às práticas e governo monarquistas, enquanto que no decreto de abertura do MN-UFRJ está relacionada ao público que não segue as regras “civilizadas”. É observável que o termo relacionado à barbárie tem sua conotação usada para se referir à desumanidade, sendo de um caso no quesito violência e no outro caso no quesito comportamental. Considerando o quesito comportamental, sua normatização é pautada na civilização, que por sua vez é uma ideia herdada da civitas romana (comunidade política), com sua divisão social entre os que governam, os cidadãos e escravizados. É também espelho para atuação real/imperial em sua organização administrativa e invasão de terras indígenas no Regimento das Missões (1686),

no Diretório dos Índios (1757) e Regulamento das Missões (1845). No Diretório, elaborado em 1755, o tipo civilizado e o tipo bárbaro também se fazem presentes:

Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniências Temporais, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Comércio: E sendo evidente, que as paternas providências de Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar, e civilizar estes até agora infelizes, e miseráveis Povos, para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores, e ao Estado: Estes duos virtuosos, e importantes fins, que sempre foi a heróica empresa do incomparável zelo dos nossos Católicos, e Fidelíssimos Monarcas, serão o principal objeto da reflexão, e cuidado dos Diretores (PORTUGAL, 1757)

O conflito cultural entre o estilo de vida indígena e o estilo de vida português é carregado de adjetivos e insultos que classificam a cultura do outro como inferior e indesejado, escamoteando o processo violento de usurpação de terras e imposição de costumes e religião. Essa mesma consideração cultural está celebrada no decreto de abertura do MN-UFRJ e contestada na ação revolucionária francesa. Para manter o patrimônio real e católico intactos na França, um membro do clero, o abade Henri Grégoire chama a todos os revolucionários de vândalos e, sob a proteção do poder público, ressignifica os símbolos do poder como meros vestígios históricos e garante sua preservação para a instrução da nação (NEYRET, 2004, p. 231):

Destruir todos os monumentos que homenageiam a genialidade francesa e todos os homens capazes de expandir o horizonte do conhecimento, provocar esses crimes, e então levar a revolução a julgamento atribuindo-os a nós, em uma palavra nos barbarizando, e então gritar às nações estrangeiras que éramos bárbaros piores do que os muçulmanos que caminham com desdém sobre os vestígios da antiguidade majestosa: tal era um dos ramos do sistema contra-revolucionário. (GRÉGOIRE, 1794, p.15). [...] E, no entanto, os jovens são atormentados pela necessidade de aprender: a Biblioteca Nacional nos serve como termômetros nesse sentido. Embora uma grande proporção dos que estariam no caso de ir para lá esteja agora nas forças armadas, ela está mais lotada do que antes, e pouco mais do que livros úteis são necessários. (id, p.24)

É no reconhecimento do vândalo e do vandalismo que se funda a noção de monumento histórico. Por isso o esforço de integração do vandalismo como mais um tipo de interação com o patrimônio, carregado de simbolismo e de projeto de futuro (ou de patrimonialização). Diego Finder Machado (2015), no artigo *Pensar sobre o vandalismo: os ataques contra o patrimônio*

cultural e as possibilidades de investigação no campo da História, atribuiu ao abade Gregoire a consagração do termo “vandalismo” na área cultural, que foi incluído após 1978 “na quinta edição do Dictionnaire de l’Académie Française como sinônimo de destruição sistemática das artes e das ciências” (MACHADO, 2015, p.5). Isso seria devido ao interesse do abade na literatura da antiguidade tardia que trazia relatos sobre as incursões de vândalos destruidores nos territórios do império romano no norte da África. Em uma perspectiva decolonial, os vândalos deixam de ser depredadores da civilização para serem vingadores de uma subjugação. Os vândalos são invasores do império romano, onde estava em curso a difusão do modo de ser da civitas, dos civilizados. Eles põem em disputa lugares de dominação hegemônica e seus valores. Dessa forma, não se compreende o dano como objeto de julgamento, mas sim a mensagem que ele passa: se ele é um ato de racismo, violência de gênero, de discriminação sexual. O dano se torna um agravante e símbolo material de uma ofensa maior.

Muitos funcionários da administração revolucionária na França afirmam criticamente a iconoclastia, assumindo abertamente a oposição ao abade: “Se isto é ser vândalo, confesso que eu o era, sem o saber” (CHOAY, 2006, p.108-109). No entanto, o abade se refere à função educativa do patrimônio como serventia à “instrução da nação”. Como considerar um processo educativo em que somente um discurso é privilegiado, patrimonializado e toda contestação é silenciada ou criminalizada?

Dessa forma, vemos a continuidade dos tipos de público presentes no decreto do MN-UFRJ. No artigo, Koptcke analisa a relação do museu com seu público ao longo das políticas das instituições de cultura a partir de categorias sociais que se fazem presentes e ausentes no decreto. Em uma proposta atualizada dessas categorias coloniais, define-se por “civilizados”, aqueles que compartilham do comportamento dos gestores e são alvos da comunicação e da programação; os cativos, perfil a ser inserido na proposta cultural da instituição, estimulados por convites, ônibus e tutelados por um responsável pelo comportamento do grupo; e os “bárbaros”, que não se reconhecem nas regras de conduta do museu, aqueles contra quem a segurança e conservação destinam estratégias de proteção do acervo, como anteparos de vidro, unifilas e sinalizações de chão. Ocorre uma relação de assujeitamento pela instituição de seus públicos. Nas palavras de Koptcke:

Geralmente objeto de violência física e/ou simbólica, o sujeito se constitui escravo ao reconhecer na relação com o dominador a mais-valia de suas normas, valores e conhecimentos. O sentido de escravidão aqui adotado será aquele que marca o controle

realizado. Enquanto na origem da barbárie como categoria para lidar com o outro se encontra o medo da diferença que não se pode controlar, na origem da escravidão deparamo-nos com a construção simbólica do desprezo pelo outro, visando torná-lo naturalmente inferior, justificando assim a dominação. A barbárie disciplinada pode tornar-se escravidão, na medida em que o civilizado consegue disciplinar comportamentos e impor valores como legítimos (KOPTCKE, 2005, p.185).

Para além de civilizados, bárbaros e escravizados, temos o acréscimo do público vândalo, que conhece as regras e as subverte. Diferente do tipo de público bárbaro, o vândalo reconhece a representatividade do patrimônio e contesta-a, em um processo reflexivo de se implicar no patrimônio. Dessa forma, assumimos o vândalo e o vandalismo como um conceito determinado por uma historicidade e um posicionamento ideológico. Assim, entendendo que desde a vingança contra o império romano, a revolução francesa e a atual criminalização, o conceito passa por diferentes significados e que não há um consenso sobre o mesmo.

Civilizados e Vândalos na Revolta por Marielle e Anderson

Em algumas culturas, expressa-se a dor do luto rasgando as vestes, batendo no peito, louvando o morto, arrancando os cabelos. Em outras, faz-se isso depredando o patrimônio público – que terá que ser restaurado com dinheiro que, certamente, seria mais bem aplicado em creches, saneamento, postos de saúde, segurança. Talvez a grande diferença não esteja em “ser de esquerda” e “ser de direita”, mas entre os que entendem o bem público como algo que pertença a todos, e por isso deva ser preservado, e os que acham que o bem público não é de ninguém, então podem fazer dele o que quiserem. [O Palácio Pedro Ernesto, vítima dessa selvageria, é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)]. (FACEBOOK, 17/03/2018 às 15h47)

Essa publicação circulou nas redes sociais três dias após a execução de Marielle e Anderson. Até o último acesso, tinha mais 1,8 mil reações, 595 comentários e 1,1 mil compartilhamentos. Os comentários e autoria estão devidamente referenciados, mas opta-se pelo anonimato como recurso da educação museal: aos públicos se dá o benefício da dúvida e reflexão. Como já foi pontuado, o objetivo é levantar concepções de patrimônio, vandalismo e processos de silenciamento que impedem a leitura de manifestações contestadoras e não analisar sociologicamente os sujeitos que enunciam suas opiniões e interpretações. O objetivo é estabelecer um diálogo com esses comentários segundo a problematização sobre vandalismo na cultura proposta nesse artigo. Considera-se, inicialmente, esse comentário para o diálogo:

Aquela máxima dos filmes americanos (ops, estadunidenses) “tudo que você disser poderá ser usado contra você” começa a ter outro sentido por aqui. Principalmente quando se consegue distorcer, recortar, descontextualizar. Vai ser interessante ver a argumentação do PSOL contra o seu direito à liberdade de expressão. (id às 17h04)

A publicação é introdução para mais de 20 fotografias de detalhes do prédio após a manifestação. “Vândalos! Destruindo a cidade! Ignorantes!” (id às 21h35) faz coro ao tom civilizador da introdução, trazendo a oposição entre os tipos de públicos do patrimônio. Em outro comentário se vê a relação



Eduardo Affonso adicionou 24 novas fotos.

[Seguir](#) ⋮

17 de março às 15:47 · 🌐

Em algumas culturas, expressa-se a dor do luto rasgando as vestes, batendo no peito, louvando o morto, arrancando os cabelos.

Em outras, faz-se isso depredando o patrimônio público – que terá que ser restaurado com dinheiro que, certamente, seria mais bem aplicado em creches, saneamento, postos de saúde, segurança.

Talvez a grande diferença não esteja em "ser de esquerda" e "ser de direita", mas entre os que entendem o bem público como algo que pertença a todos, e por isso deva ser preservado, e os que acham que o bem público não é de ninguém, então podem fazer dele o que quiserem.

[O Palácio Pedro Ernesto, vítima dessa selvageria, é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)].



com outras “civilizações” coloniais, comparando o grau civilizacional do Brasil com o grau dos EUA: “estou aguardando o início de uma conferência aqui em Chicago. Descobri que, no exterior, a gente lamenta mais ainda a nossa absoluta falta de civilidade. Vândalos, é o que são.” (id às 15h51). E nessa conversa sobre a comparação estrangeira vem o comentário crítico, indicado pelas reticências “Acabo de ver a postagem de um político italiano, comparando Temer a Putin, ambos assassinos de parlamentares inimigos...”. (id às 16h07). O comentário faz referência às tentativas de significar o

**Figura 3**

E.A.Affonso

17 de março de 2018

Fotografia

Descrição: Publicação do facebook com texto e miniatura de 24 fotos do palácio Pedro Ernesto.

Em destaque quatro fotos com os dizeres “Marielle Vive!”, “Morte aos golpistas”, “Não à prisão de Lula”, “Temer assassino”, “Matem a PM!”.

Fonte: <https://www.facebook.com/eduardoalvesaffonso/posts/10216066921095510>

assassinato de Marielle e Anderson em função dos posicionamentos e fiscalização da vereadora sobre a intervenção militar do então presidente em exercício Temer no Complexo da Maré. Nessa linha de comparação com o exterior, *“Tenho um amigo português que fala que lá o “público” é de todos - e que no Brasil o público é de ninguém.”* (id às 16h13). não considera o processo de colonização e construção da cidadania no Brasil, e mesmo qual o patrimônio que deve ser público e suas possibilidades de interação. Já em *“É muito difícil entender sentimento de revolta e impotência!? Isso acontece no mundo todo...”* (id às 16h02) se tem uma abordagem empática trazendo a referência ao vandalismo como uma prática de oposição e denúncia que independe de cultura ou “civilização”.

Em *“Inadmissível a falta de civilidade!”* (id às 19h31), *“Vivemos a barbárie!”* (id às 16h24), *“ Por isso digo que o maior problema do nosso país é o povo...difícil.de resolver ... talvez colonizando novamente ...”* (id às 17h58) e *“esta selvageria.é lamentável,!”* (id às 17h29) vemos o reforço dos tipos de públicos coloniais segundo o colonizador, 210 anos após a fuga da família real para o Rio de Janeiro, mostrando a continuidade do conflito cultural nos mesmos termos.

Na priorização da criminalização sobre a mensagem dos atos de vandalismo, um comentário compara: *“Que absurdo. A ignorância é uma tristeza. Essa é a cultura predatória incentivada pelo PSOL. Só me lembrando só Black blocs em 2013...não me esqueci”* (id às 15h52). Os black blocs são um movimento anti-repressão policial e de garantia das manifestações civis de oposição ao Estado. Nesse caso, se observa um alinhamento do comentário com a política marginalizante do Estado ou mesmo uma aversão aos danos e destruição que são comuns nas guerras entre símbolos.

Que vergonha. Quanto ódio nas palavras, mas juram que é por amor a vítima. Quanto desperdício de dinheiro público pra restaurar esse vandalismo. Ao invés de pedir justiça, pedem a morte de PMs, sem prova alguma. Em contrapartida, aproveitam o momento pra defender quem foi condenado com provas. Não são loucos. São pessoas com caráter duvidoso. (id às 15h55)

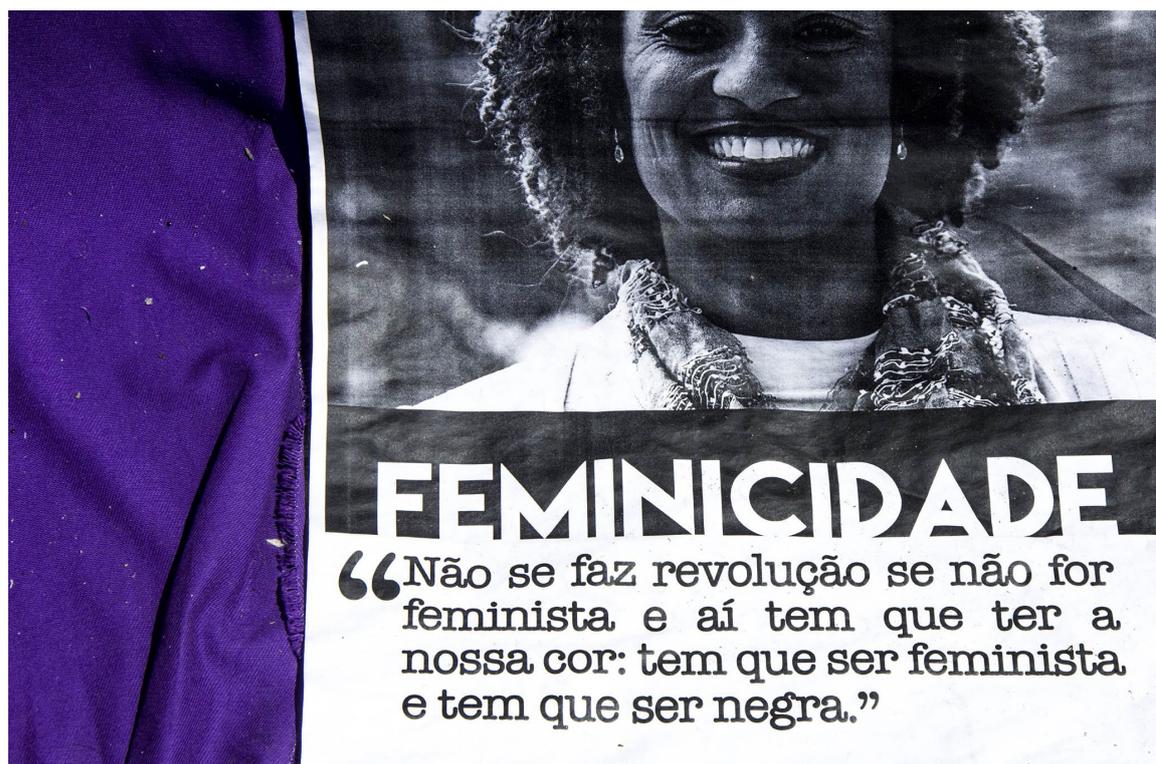
Nesse comentário se reforça o dispêndio do orçamento público para reformar o edifício. Motivado pelo imperativo da preservação, não se questiona a possibilidade de manter o prédio dessa forma como uma medida vexatória denunciante de parlamentares envolvidos nesse assassinato político – pelo menos até que o caso fosse resolvido. O objetivo é manter a preservação do prédio, sem denúncias

ou intervenções que sinalizem a desigualdade social. Essa interpretação é reforçada em “*O pobre, que segundo eles são o pessoal que eles dizem buscar defender, é quem mais vai sentir essa conta no bolso através de impostos e mais impostos*” (id às 16h27) que generaliza a classe social do “outro” e procura indicar como sendo prioridade o dinheiro sobre a revolta e denúncia como processos de luto. Assim como em “*Vândalos não pagam impostos...*” (id às 18h27).

Outro ponto de interpretação da mensagem pixada “Morte à PM” considera que seria o assassinato de pessoas que ocupam o cargo de policiais militares em oposição à importante pauta de encerramento dessa instituição colonial cujo funcionamento e hierarquia é prejudicial aos envolvidos e à população em geral. Afinal, é uma polícia de execução e policiamento ostensivo, e não de investigação e garantia de direitos. Marielle tinha na sua atuação política o apoio a policiais que denunciavam a corrupção da instituição, separando o institucional do individual. Em outro comentário, se vê o mesmo reforço dessa interpretação individualista: “*A maior demonstração de esquizofrenia que eu já vi foi juntar um pedido “Parem de matar gente!” com os comandos “Morte aos golpistas” e “Bala na PM”. Não, péra, golpistas e PM não são gente... Sei lá, acho que eu não sei o que é o amor...*” (id às 16h47)

No comentário “*E quem disse que comunistas socialistas gostam de preservar algo!?*” (id às 15h59) se tem o imperativo da preservação aliado ao tipo de atuação da revolução francesa, interpretando o posicionamento político como uma ruptura com tradições que, no entendimento crítico do comentário, deveriam ser celebradas. Já no questionamento “*Não se trata de ser de direita ou esquerda? Faça-me um favor: leia todas as pichações novamente!*” (id às 16h24) se observa que a oposição está nas mensagens, demonstrando alinhamento contrário às denúncias e mesmo à atuação política de Marielle Franco.

Alguns comentários foram motivados pela campanha de “fake news” que circulou sobre Marielle, como em “*As suas imagens históricas, Eduardo, dizem muito mais sobre os facínoras e dementes esquerdiotas, do que sobre a vereadora bandida vitimada por haver traído uma das duas facções criminosas a que estava ligada.*” (id às 17h12). Hoje, o Instituto Marielle Franco se empenha em desfazer as calúnias que foram proferidas inclusive por uma desembargadora, sem que houvesse comprovações. Essas notícias falsas pontuam o distanciamento político entre a vereadora em atuação e os que acreditam em uma primeira leitura. É um indício do incômodo com a própria existência de Marielle como feminista, negra e favelada, que



também vemos no comentário *“Se for mulher negra trans canhota plus size então...”* (id às)22h31. A recorrência ao “lugar de fala”, tão importante na literatura na construção de personagens (BAKHTIN, 1993) ou mesmo na representatividade diversa de uma coleção, quando colocada politicamente se tem o reforço marginalizante do lugar do riso e do ridículo. A necessidade de se explicitar o lugar de fala pode ser vista no equívoco político de imposição das pautas no seguinte comentário:

Errado! Se fosse desejo de justiça, estariam pedindo o fim da impunidade, mais segurança policial para os cidadãos se sentirem protegidos sem medo de sair para o trabalho ou voltar para casa. Estariam pedindo Intervenção de verdade, inclusive no executivo do Rio de Janeiro e não esse meia-boca para inglês ver. (FACEBOOK, 17/03/2018 às 21h05)

O comentário ignora o lugar da justiça social, da reparação histórica racial, da desigualdade patrimonial do Brasil. O significado de justiça do comentário está atrelado a uma vivência da cidade que não convive com outras realidades.

“Essa gente nao tem a minima ideia do que seja protestar...O que eles fazem sempre é enquadrado como crime...” (id às 19h46) dialoga com a proposta de

Figura 4

E.A.Affonso

17 de março de 2018

Fotografia

Descrição: Foto publicada no facebook de um cartaz do projeto Feminicidade sobre um pano roxo. O cartaz em preto e branco tem uma foto de Marielle com os dizeres “não se faz revolução se não for feminista e aí tem que ter a nossa cor: tem que ser feminista e tem que ser negra.”

Fonte: <https://www.facebook.com/eduardoalvesaffonso/posts/10216066921095510>

conceituação do vandalismo para além da criminalização. A criminalização não é um processo natural como vimos durante a revolução francesa, em que um membro do clero tipifica o vandalismo cultural para interromper os protestos. Ou seja, a prática antecede o crime e é situacional.

O comentário “*Somellier de luto alheio. Tá tendo*” (id às 18h23) faz referência ao conhecedor de vinhos que escolhe a bebida de acordo com a refeição. No caso, a alusão é à publicação inicial que questiona o vandalismo como forma de luto. Assim como em “*Não estão preocupados com as paredes... estão preocupados com a dor!*” (id às 19h44) também traz uma crítica que pode ter paralelo com a cultura Yanomami, em que a queima das malocas representa renovação através da mudança. A destruição pode ocorrer como luto pela morte de um líder, por questões de doença ou porque a terra não mais alimenta. O imperativo da preservação não considera a destruição, sendo o dano algo a ser substituído sem documentação ou registro que possa implicar em uma interferência na narrativa oficial patrimonializada.

O vandalismo não só aponta para o conflito cultural em uma comunidade, como é simbólico na medida que escolhe o suporte de acordo com a mensagem. O imperativo da preservação impede que as mensagens sejam lidas



ou ouvidas, criminaliza indiscriminadamente os atos de vandalismo e não considera o registro desses danos como uma das formas de interação de seus públicos com o patrimônio, gerando fonte histórica de acontecimentos e pensamentos da sociedade. Em um comentário se encontra a defesa do diálogo e a superação da criminalização para evidenciar o necessário: justiça para Marielle e Anderson:

Me desculpa discordar... mas isso é o sintoma de uma Cidade doente e não de pessoas mal educadas. Isso é um sintoma de uma sociedade desprotegida, massacrada. Isso é um sintoma de pessoas sem voz, que se utilizam do “vandalismo” para serem ouvidas! Isso é muito mais do que paredes limpas, povo educado e patrimônio público preservado... isso é desejo de vida, desejo de felicidade, desejo de justiça!

[...]

não me entenda mal, não vejo essas essas depredações de patrimônio público como desejo de justiça, vejo como a manifestação do desejo de ser ouvido de alguma forma... veja como chamou a nossa atenção, tanto que estamos tendo essa

discussão. É exatamente isso que essas “pichações” significam... um canal de comu-

Figura 5

Claudia Andujar

1976

Fotografia

Descrição: Maloca em chamas - da série A casa ou A floresta (1976). Filme infravermelho digitalizado em impressão com tinta pigmentada mineral sobre papel Hahnemühle Photo Rag Bar-
yta 315 gr que destaca as chamas da maloca e deixa a paisagem com as cores das chamas

Fonte: Cortesia Galeria Vermelho

nicação! Não concordo com depredação seja qual for, apenas estou sinalizando o que penso que representa. Se todos se sentem felizes, protegidos, com voz, com certeza não teremos paredes “rabiscadas”... vc com certeza tem voz, mas alguns são invisíveis! (id às 20h57)

Conclusão

A cultura, a educação e a tradição são termos que tem sido colocados em revisão enquanto máximas políticas de harmonia social. Britto Garcia (2005) percebe que “as bombas começam a cair quando falham os símbolos”. E os símbolos são múltiplos em seus significados e narrativas. É nessa tensão que entra o conceito de patrimônio e o imperativo da preservação. De que patrimônio se está falando e de qual discurso sobre ele se busca preservar?

As concepções de patrimônio passam por diferentes abordagens e redações legislativas que impactam as políticas públicas. Seja no campo da educação ou da conservação, os debates se tensionam mediante a relação entre presente e passado. Nessa relação, a alternativa de se enfatizar o presente e seus múltiplos significados dialoga com Sapir (2012) quando o mesmo

propõe uma atuação cultural aberta às atualizações e emergências da sociedade contemporânea. Os símbolos escolhidos para serem preservados mediam a relação com o passado, ou melhor, com um passado, já que esses objetos são selecionados segundo uma narrativa e uma identidade transitória. Ao se privilegiar uma narrativa no processo de patrimonialização, se tensiona o conflito com o presente. Sapir, por isso, questiona os conceitos de autenticidade e de originalidade como fundamentos para justificar uma patrimonialização. Sendo assim, as motivações de construção do palácio Pedro Ernesto, a idealização republicana e os conceitos de nação que envolvem a arquitetura e a funcionalidade do edifício encontram uma pluralidade de interações que vão desde a exaltação até a contestação.

A iconoclastia em Sapir é, ao mesmo tempo, a tensão entre a “decomposição do formalismo no qual o indivíduo já não mais é” e a “decomposição de uma cultura desarraigada, na qual o indivíduo ainda não veio a ser” (SAPIR, 2012, p.49-50). A atuação de órgãos de preservação e mesmo a preservação como um argumento absoluto não dão conta das experiências desiguais, em especial nesse caso de embate político. A entrelinha que subsiste está expressa em *“Não estão preocupados com as paredes... estão preocupados com a dor!”*, o contraponto entre corpos e bens, entre celebração e contestação. Andiara Ramos (2017) alinha o conceito de antimonumento com o lugar ocupado pelos corpos excluídos da participação política, da representação arquitetônica, das linhas gerais impositivas da história. É nessa contraposição que o vandalismo cultural acontece, demonstrando a fragilidade das minorias políticas.

Esse artigo buscou integrar o vândalo como público do patrimônio e contestador das estruturas do processo civilizador. Dessa forma, se descriminaliza o termo ao conceituá-lo no lugar de disputa política. Nesse conceito, não cabe o termo vandalismo para ações que reforçam o processo civilizatório, entendendo que termos como destruição, prejuízo, invasão entre outros que expressam a tensão entre vencedores e vencidos (LÖWY, 2002). Ao integrar o vândalo como público também se fez necessário apontar para o imperativo da preservação, onde a preservação é um fim em si na patrimonialização, se afastando do caráter identitário e justificador de se tornar patrimônio. É a partir disso que busca-se, também, defender um processo de registro de atos de vandalismo e resignificação da ideia de preservação, sem que seja um imperativo e uma urgência, compreendendo o espaço de atualização que as intervenções vândalas propõem.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética, a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BRITTO GARCÍA, Luis. *El imperio contracultural: del rock a la postmodernidad*. La Habana, Cuba: Editorial Arte y Literatura, 2005. (1ª ed. 1991)

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Discurso - Vereadora Marielle Franco*. 8 de março de 2018. Disponível em <mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd-266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument> Acesso em 23 de julho de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *História Institucional*. Disponível em <www2.camara.rj.gov.br/institucional/historia> Acesso em 26 de julho de 2021.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FACEBOOK. *Em algumas culturas...* Publicação em perfil público. 17 de março de 2018. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/eduardoalvesaffonso/posts/10216066921095510>> Acesso em 09 de maio de 2021.

FRANCO, Marielle. **Último pronunciamento de Marielle Franco antes de ser executada no Rio de Janeiro**. 1 vídeo (12min31seg). Publicado pelo canal do Jornal Grande Bahia, 16 de março de 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBoxTM>> Acesso em 23 de julho de 2021.

GRÉGOIRE, Abbé Henri. *Rapport sur les destructions opérées par le vandalisme, et sur les moyens de le réprimer: séance du 14 fructidor, l'an second de la République une et indivisible ; suivi du Décret de la Convention nationale*. Paris: Impr. Nationale, 1794. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k48495b.image>> Acesso em 14 de outubro de 2021.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados - o público dos museus no Brasil. IN: CHAGAS, M. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e*

Artístico no Brasil – Museus, Rio de Janeiro: Iphan, n. 31, p. 184-205, 2005.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, 16 (45), 199-206, 2002. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9877> > Acesso de 14 de outubro de 2021.

MACHADO, Diego Finder. *Pensar sobre o vandalismo: os ataques contra o patrimônio cultural e as possibilidades de investigação no campo da História*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Acesso de 04 de agosto de 2021. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441905808_ARQUIVO_Pensarsobreovandalismo\(DiegoFinderMachado\)-ArtigoSNH2015-VERSAOREVISADA.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441905808_ARQUIVO_Pensarsobreovandalismo(DiegoFinderMachado)-ArtigoSNH2015-VERSAOREVISADA.pdf)>

NEYRET, Régis. Du monument isolé au ‘tout patrimoine’. *Association des amis de la Revue de Géographie de Lyon, Géocarrefour*, vol. 79/3, 2004. Acesso em 4 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/geocarrefour/746>>

PEREIRA, Andriara Ramos. *O corpo é o que nos resta: pornoterror e performance, resistência e feminismo*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro: Unirio, 2017.

PORTUGAL. *Diretório, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Registrado [sic] na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no livro da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão, a fol. 120. Belém a 18 de Agosto de 1758. Acesso em 4 de agosto de 2021. Disponível em <https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Diretorio_dos_indios_de%29_1757.pdf>

SAPIR, Edward. Cultura: autêntica e espúria. *Revista Sociologia & Antropologia*, v.02 04; p.35-60, 2012 [1924]). Acesso em 4 de agosto de 2021. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/4-ano2-v2n4_artigo_edward-sapir.pdf>.

Recebido em 16 de agosto de 2021 e aceito em 28 de outubro de 2021.

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons

